

FOLHA DE LONDRINA

PROTESTO 30 NOV 2011

Juízes federais e trabalhistas cruzam os braços hoje

Com a paralisação, perto de 20 mil audiências serão suspensas em todo o País. Categoria reivindica mais segurança no trabalho, recomposição das perdas salariais e uma política previdenciária adequada. No Paraná, cerca de 350 magistrados devem interromper atividades.

MILITÃO

Juízes federais em greve

A informação para esta coluna é da Agência Brasil: juízes federais (incluindo os do Trabalho) devem entrar em greve hoje, por tempo indeterminado, para pressionar o Poder Executivo a liberar mais recursos para o reajuste salarial dos magistrados. Na última sexta-feira, o presidente do TST, o paranaense João Orestes Dalazen, disse que os juízes que não trabalharem poderão ter corte no salário, a exemplo do que ocorreu com os servidores em greve. Eu acho que a juizada vai para a greve.

CONTINUA

30 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

Juízes cruzam os braços hoje

Categoria reivindica mais segurança, recomposição das perdas salariais e uma política previdenciária adequada

Curitiba - Os juízes federais e do Trabalho de todo o País paralisam suas atividades hoje, para reivindicar mais segurança no trabalho, recomposição das perdas salariais e uma política previdenciária adequada. A categoria no Paraná também prepara uma mobilização. A paralisação foi decidida em assembleia no último dia 17, pelas associações regionais dos juízes.

Com a paralisação cerca de 20 mil audiências serão suspensas em todo o Brasil. No Paraná atualmente são 120 juízes federais e 220 juízes do Trabalho. Todos devem aderir ao ato, segundo as associações.

Apesar da suspensão das atividades, todas as audiências previstas para hoje serão remarçadas. A categoria também informa que será mantido um plantão para atendimento de casos de urgência.

A mobilização ocorre na Semana Nacional de Conciliação, que vai até a próxima sexta-feira. "Pedimos desculpas aos trabalhadores e empresários que tinham audiências marcadas para esta quarta-feira em todo o Paraná, mas a categoria está mobilizada e querendo chamar a atenção para suas reivindicações. Não estamos pedindo um aumento salarial e sim uma recomposição. Nos últimos seis anos a inflação acumulada ficou em 31%. Neste mesmo período nosso reajuste foi de 9%. Já entramos em contato com o governo federal, Congresso Nacional e

com o Supremo Tribunal Federal (STF), mas as negociações não avançaram", reforçou o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho do Paraná (Anamatra 9), Carlos Augusto Pen-teado Conte.

Os juízes ainda alertam para o sistema de saúde da classe, que não previne os agravos à saúde física e mental, nem prevê proteção previdenciária. Segundo a Anamatra, um estudo revelou que esses profissionais têm apresentado percentual maior de adoecimento em comparação com outros trabalhadores.

Conte também destaca que a falta de segurança dos magistrados é bastante preocupante. Ele lembra que um levantamento publicado nesta semana aponta que aumentou em 50% o número de juízes ameaçados. "Os magistrados vêm sofrendo com ameaças e não temos uma política institucional que nos garanta segurança. É um problema que tem que ser resolvido, nós precisamos de paz para trabalhar", completou o presidente da Anamatra 9.

Federais

As mesmas reivindicações são feitas pelos juízes federais. Eles afirmam que, como em outras categorias, as perdas salariais se acumularam nos últimos anos. "Decidimos pela paralisação para que o Poder Público se manifeste sobre a questão. Seria bom se todos os servidores públicos tivessem uma recomposição salarial, por isso estamos nos mobilizando", disse o presidente da Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe), Anderson Furlan.

Ele também lembra o caso da juíza federal Patrícia Acioli, morta em agosto deste ano no Rio de Janeiro, para ilustrar a falta de segurança que os magistrados encontram atualmente.

"Aquele caso teve repercussão nacional, mas existem outras ameaças no Brasil, e estamos sem segurança. É necessário uma mudança para que a categoria se sinta confortável para desempenhar o seu trabalho", destacou. Na Justiça Federal do Paraná, o atendimento ao público também estará suspenso, funcionando apenas para atender casos urgentes.

Todas as audiências serão remarçadas

CLÁUDIO HUMBERTO

Greve contra quem?

Juízes do Trabalho querem segurança para trabalhar, plano de saúde, política previdenciária e recomposição salarial. Eles têm razão, mas a perdem quando cruzam os braços contra aqueles que não têm culpa de nada: o trabalhador, cujos impostos pagam inclusive seus salários.

FOLHA DE LONDRINA

OPINIAO DO LEITOR

30 NOV 2011

Legalidade do CNJ

Reza a lenda que os Três Poderes no Brasil são independentes e harmônicos entre si. Durante bom tempo o imaginário da população foi ocupado pela ideia de um Judiciário que estava acima das falcatruas, ilegalidade e propina. Os guardiões da lei enchem o peito e gritam: "O Poder Judiciário é o que tem o menor número de casos de corrupção". Porém, tal poder é o menos investigado. Também conta com as garantias constitucionais, os privilégios da vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de salários, além de outras incontáveis mamatas. Agora os homens da capa preta lutam desesperadamente para não terem ninguém, principalmente o CNJ, fungando em seus cangotes. O próprio presidente do STF, ministro Cezar Peluso, que ao assumir comprometeu-se a tratar o tema com rigor, fez às avessás; já que conseguiu a incrível façanha de suprimir até mesmo as iniciais dos nomes dos magistrados processados; o que deve ser recebido como iniquidade legal produzido com grandessíssima indignidade, um verdadeiro atentado contra a Justiça.

ROBERTO TEIXEIRA (empresário) - Londrina

FOLHA DE LONDRINA

Novo fórum trabalhista

30 NOV 2011

terá mais uma vara

Justiça do Trabalho
vai atender a partir de
março do ano que vem
em novas instalações,
no antigo IBC

Orçado em R\$ 11 milhões, o novo fórum trabalhista de Londrina, localizado na Avenida do Café, 600, antigo barracão do Instituto Brasileiro do Café (IBC), deverá iniciar suas atividades a partir do primeiro trimestre de 2012.

Mesmo sem estar com as obras concluídas, a nova sede foi inaugurada ontem pelo desembargador Ney José de Freitas, presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

Em um espaço de 16,2 mil metros quadrados, o novo fórum terá a capacidade de receber 8 varas. Segundo o presidente, a atual sede, localizada na avenida São Paulo, centro da cidade, tem a capacidade para atender sete varas. Porém, o objetivo da mudança, segundo ele, não é aumentar o número de varas, mas sim trazer mais conforto aos juizes, funcionários e também à população, além de agilizar o julgamento dos processos.

Cada vara do novo complexo terá duas salas de audiência e outras duas exclusivas para acordos. O atual prédio do centro possui somente duas salas pequenas para a realização de todos os trabalhos. A ampliação e a melhoria da infraestrutura, segundo Freitas, deverá trazer mais dinamismo para o cumprimento dos processos que vem crescendo devido ao aquecimento da economia regional.

Atualmente, segundo Eduardo Silveira Rocha, diretor geral do TRT paranaense, passam por ano em cada vara da regional de Londrina, cerca de 1,4 mil processos. Em 2010 foram 9.427 processos. De janeiro a outubro deste ano, o tribunal do município contabilizou 8.609, devendo superar o volume do ano passado. Segundo Rocha, mais de 50% dos processos que tramitam no fórum de Londrina estão relacionadas às questões de horas extras não pagas pelos empregadores.

Freitas completa que crises também motivam o aumento da demanda do fórum. Quando há um declínio na economia, como aconteceu em 2008 e 2009, as empresas cortam efetivos, motivando o aumento de ações trabalhistas por diversos fatores. Na região de Londrina, aponta Freitas, o agronegócio, a indústria e o comércio dividem em pé de igualdade a demanda por ações judiciais no fórum. A hipótese de que se a crise internacional chegar ao Brasil, também poderá influenciar no número de processos trabalhistas.

CONFIRA

TRT Londrina

Onde: Avenida do Café, 600, antigo barracão do IBC

Início das obras: **2007**

Entrega: Março **2012**

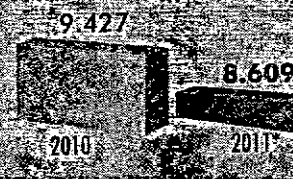
Área construída: **16 mil**
metros quadrados

Custo total: **R\$ 11 milhões**

De janeiro a outubro



► Número de processos
atendidos na atual sede
(em 7 varas)



FOLHA DE LONDRINA

Justiça garante medicamento contra câncer de mama

Londrina - A Justiça determinou que todas as pacientes de câncer de mama de Londrina e região que precisarem do medicamento Trastuzumab terão acesso ao produto via Estado, através da 17ª Regional de Saúde. A decisão, do juiz Emil T. Gonçalves, da 2ª Vara da Fazenda Pública, atende ação civil pública proposta pela Promotoria de Defesa da Saúde Pública de Londrina.

30 NOV 2011

A ação foi apresentada pelo promotor Paulo Tavares em 31 de outubro a partir da demanda de uma mulher, vítima de câncer de mama, que teve a solicitação do medicamento especializado negada pela 17ª Regional de Saúde. A promotoria ingressou com a medida para garantir o direito de todas as pacientes que tiverem prescrição do produto e não conseguirem o remédio junto à rede pública.

A decisão judicial determina que a paciente deve apresentar relatórios de profissionais do SUS, em que seja especificada a patologia apresentada (neoplasia maligna de mama), e indicado expressamente o medicamento Trastuzumab.

FOLHA DE LONDRINA

Justiça libera mulheres presas por cárcere privado

30 NOV 2011

Londrina - Duas mulheres que haviam sido presas em flagrante no final da tarde da última segunda-feira, acusadas de manter em cárcere privado três pessoas, foram colocadas em liberdade provisória ontem. Policiais do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), prenderam as mulheres após receber denúncia de maltratos a inquilinos de um pensionato.

"Encontraram as três vítimas presas com grades e cadeados em cubículos nos fundos de um bar, sem condições de higiene", afirmou delegado do Gaeco, Alan Flore. Segundo ele, estavam no local um idoso de 63 anos, um homem de 54 anos e uma mulher de 32 anos, que seria portadora de deficiência mental. As vítimas foram encaminhadas para instituições da cidade.

Segundo o delegado do Gaeco, as mulheres vão responder por cárcere privado, cuja pena é de dois a oito anos de prisão. Ainda segundo ele, as investigações podem levantar outros crimes, pois há suspeita de que a mulher de 32 anos tenha sido explorada sexualmente. As donas do pensionato podem também ter explorado financeiramente o idoso de 63 anos, pois estavam com o cartão da aposentadoria dele. Conforme Flore, as mulheres negaram autoria dos crimes.

A gerente de atenção ao idoso da Secretaria Municipal do Idoso, Ana Elise Albuquerque, afirmou que o órgão realiza vistorias mensalmente em

instituições que atendem idosos, credenciadas pelo município. "Em outros locais (não credenciados) nós agimos conforme denúncias. Nesse caso foi uma pessoa da comunidade local que fez a denúncia", disse. De acordo com ela, apenas seis instituições em Londrina, que atendem a pessoas da terceira idade, cumprem os requisitos do Conselho do Idoso.

De acordo com o promotor de Defesa do Consumidor e Idoso, Miguel Sogayar, a promotoria vai agir assim que o inquérito policial for concluído.

Aposentado pagava R\$ 180 por mês

Londrina - "Aquilo lá era uma zona. Tinha prostitutas, travestis". Sentado num sofá de uma instituição de longa permanência para idosos, João (nome fictício), 63 anos, descreve o local onde viveu nos últimos quatro meses. Ele é uma das três pessoas que estavam vivendo em cárcere privado em uma pensão na Avenida São João (Zona Leste).

Nascido em Jau (SP), João veio para o Paraná com 5 anos de idade e vive em Londrina desde 1974. Casou na cidade, mas se separou há mais de dez anos. "Tenho uma filha de 19 anos. Ela estuda na UEL, mas faz alguns meses que não a vejo."

Sobre o motivo da separação, João preferiu não conversar. Aposentado, João sobrevive de uma aposentadoria de um salário mínimo. "Eu morava sozinho, tinha até carro, mas foi roubado. Depois fui para um asilo da cidade. Eu ajudava lá a cuidar das pessoas, era bem tratado", contou.

Segundo ele, um desentendimento teria provocado a saída do asilo. "Eu procurei o lugar lá (pensionato). Pagava R\$ 180 por mês e os outros pagavam R\$ 280. Pagava menos pois fiz um empréstimo para a dona", revela. De acordo com ele, há cerca de um mês a dona do local está com o seu cartão da aposentadoria. "Ela tirava me enrolando para devolver, mas me falaram que vou conseguir de volta para mim", disse.

João nega que tenha problemas com álcool, mas foi encontrado no local com indícios de embriaguez na segunda-feira. Apesar de possíveis informações desconstruídas, João fala com lucidez.

Depois de um dia numa instituição para longa permanência de idosos, ele disse que está feliz. "Pretendo ficar aqui ou talvez voltar para o asilo em que estava antes."

FOLHA DE LONDRINA

**Justiça determina
inspeção no
Nova Olinda**

30 NOV 2011

Londrina- Uma audiência realizada ontem na 2ª Vara Cível Federal determinou que as casas e a rua do Jardim Nova Olinda (Zona Norte) que foram afetadas pela obra de transposição da linha férrea devem ser inspecionadas individualmente por uma comissão de peritos tripartite: um engenheiro do Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit), um engenheiro determinado pelo grupo de moradores das casas afetadas e um perito determinado pelo próprio juiz.

A obra foi feita muito próxima das residências e resultou em rachaduras nas casas e a queda de um muro de contenção que fez ruir uma das ruas no local. De acordo com o advogado dos moradores, Albert Prieto Germinari, o embargo da obra continua mesmo com a conciliação e deve durar até que a inspeção das casas e da rua seja entregue à Justiça Federal.

"Embora tenha acontecido a conciliação para os reparos, a ação de indenização continua tramitando e será discutida depois", destaca o advogado.

Para o morador Rodrigo Oliveira Garcia, a decisão pela conciliação foi uma vitória. "Achamos muito bom, era exatamente isso o que esperávamos, pois foi determinado que após a inspeção os reparos sejam feitos, inclusive em relação ao declínio do terreno em função das obras", relata.

No dia 24 a obra foi embargada pela Justiça antes mesmo que se chegasse a um veredito final sobre o processo. A obra é uma transposição de linha férrea que liga as avenidas José de Lima, Castro e Clarisse de Lima, Castro. Será uma alternativa para o acesso ao Residencial Vista Bela. A reportagem não conseguiu contato com o Dnit.

30 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

Ex-companheiro confessa assassinato de Paolicchi

Crime teria sido cometido por dinheiro; quatro pessoas foram presas

Edson Ferreira
Reportagem local

Quatro acusados pela morte do ex-secretário de Fazenda de Maringá Luiz Antônio Paolicchi foram presos na manhã de ontem e serão indiciados por homicídio qualificado. Eles foram presos durante a "Operação Nero", comandada pelo delegado da Homicídios, Nagib Nassif Palma. De acordo com o delegado, o mentor seria Wagner Eizing Ferreira Pio, de 25 anos, com quem Paolicchi teria uma união estável registrada em cartório. Durante depoimento ontem à tarde, Pio confessou ter planejado o crime por interesses financeiros, pois o jovem iria herdar os bens do ex-secretário.

Além de Pio, também foram presos a irmã dele, Vanessa Eizing Ferreira, 22 anos, que tinha conhecimento do crime, e o marido dela, Éder Ribeiro da Costa, que, segundo a polícia, teria matado Paolicchi. O delegado informou que Costa contou no seu depoimento que teria cometido o crime porque Paolicchi devia drogas para ele e que, além de agredir o companheiro, teria inte-

resse numa indenização trabalhista que Pio receberia. O pai de Pio, que está foragido, também teria participado do assassinato, "porque levou o Éder até o local", afirmou Nassif Palma.

O corpo do ex-secretário de Fazenda, de 48 anos, foi encontrado amarrado dentro do porta-malas de um carro e com dois tiros no final de outubro. A polícia considera o caso encerrado. De acordo com o delegado, a suspeita em relação à Wagner Pio começou quando se descobriu que ele omitiu, durante as investigações, que mantinha união estável com Paolicchi. "No início trabalhávamos até com a possibilidade de homicídio por dívidas com traficantes, porque o ex-secretário era usuário de cocaína", explicou. Os policiais buscam, agora, a arma utilizada no crime, um revólver de calibre 32, que teria sido escondido por Arthur Vacellai Paulino, 23 anos, que também está preso.

A polícia informou ainda que, durante as investigações, foi possível monitorar as conversas entre os acusados que utilizaram um celular que era de Paolicchi. Todos os envolvidos

ficarão presos na 9ª Subdivisão de Polícia Civil de Maringá.

Em 2000, Luiz Antônio Paolicchi foi condenado à prisão sob acusação de chefiar uma quadrilha que desviou R\$ 100 milhões, em valores da época, dos cofres públicos. Ele ficou preso até 2005. No ano passado, foi condenado a restituir R\$ 500 milhões à prefeitura. Além de Paolicchi, o ex-prefeito de Maringá na época em que ele foi secretário, Jairo Gianotto, foi condenado a quatro anos e seis meses de reclusão. A acusação era de superfaturamento na construção do Hospital Metropolitano de Maringá, que tinha recursos do Ministério da Saúde. Gianotto administrou a cidade entre 1997 e 2000, mas renunciou antes do término do mandato.

No ano passado, a Justiça Federal também determinou intervenção em uma empresa de envase de água mineral de Paolicchi, sob acusação de que devia mais de R\$ 1,8 milhão à Receita Federal. "Ele sofria ameaças, talvez até por esse passado político, e acabou sendo morto por alguém que gostava", finalizou o delegado Nassif Palma.

30 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

TJ aceita recurso e presidente do Metrô de SP volta ao cargo

Decisão de 1ª instância havia afastado Sérgio Avelleda sob acusação de ter se omitido na apuração de fraudes

Para desembargador, não há indícios que permitam 'providência de tamanha gravidade'; Promotoria vai recorrer

JOSÉ BENEDITO DA SILVA
DE SÃO PAULO

O Tribunal de Justiça de SP aceitou ontem pedido do governo estadual e determinou a permanência no cargo do presidente do Metrô, Sérgio Avelleda, réu em ação da Promotoria sobre irregularidades na extensão da linha 5-lilás.

O afastamento havia sido determinado no último dia 18 pela juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti, da 9ª Vara da Fazenda Pública, que também mandou parar as obras.

No dia 22, o desembargador José Roberto Bedran, presidente do TJ, ao analisar um recurso, determinou a retomada das obras, mas manteve Avelleda fora da função.

Ontem, o desembargador Franklin Nogueira, da 1ª Câmara de Direito Público do TJ, concedeu efeito suspensivo para Avelleda ficar no cargo.

O mérito do recurso ainda será julgado pela Câmara, formada por Nogueira e outros dois desembargadores.

Avelleda, que comanda uma das bandeiras da gestão Geraldo Alckmin (PSDB) — a

expansão do metrô na Grande SP—, é acusado na ação de se omitir na apuração de irregularidades na licitação para prolongar a linha 5.

A investigação foi aberta após reportagem da *Folha*, de outubro de 2010, revelando que os vencedores eram conhecidos havia seis meses.

Os contratos envolvem R\$ 4,4 bilhões e 14 construtoras, entre elas algumas das maiores do país, como Odebrecht, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa.

Para os quatro promotores que assinaram a ação, Avelleda levou adiante o processo apesar das evidências de ilegalidades na licitação.

Outro questionamento se refere a uma regra que impe-

dia que uma empresa ganhasse mais de um lote. Com isso, diz a Promotoria, houve prejuízo de R\$ 327 milhões.

Ao decidir afastar Avelleda do cargo, a juíza Casoretti escreveu que sua "permanência abriria a possibilidade de "destruir provas, ou mesmo continuar beneficiando as empresas fraudadoras".

Já Nogueira diz não haver no processo "elementos de convicção que permitam concluir pela responsabilidade de Avelleda por ato de improbidade administrativa".

INDÍCIOS

Para o desembargador, "não há dúvida que são fortes os indícios de fraude na licitação", mas "são necessários mais que indícios para providência de tamanha gravidade". Afirma, ainda, que não vê a possibilidade de Avelleda prejudicar a produção de provas ou o andamento da ação civil pública.

Segundo o Metrô, Avelleda já reassumiu ontem a tarde suas funções. Durante o afastamento, a presidência foi exercida pelo diretor de Finanças, José Kalil Neto.

"Nós entendemos que o Sérgio Avelleda não tem condições de administrar o Metrô em razão do prejuízo que ele trouxe à empresa", disse o promotor Silvio Antonio Marques, que vai recorrer.

> OBRA

PROMOTORIA RECORRE DE LIBERAÇÃO

O Ministério Público entrou ontem com recurso contra a decisão do presidente do TJ, José Roberto Bedran, que liberou as obras da linha 5. Segundo o promotor Silvio Marques, peritos do órgão constataram que nenhuma obra foi iniciada e que, portanto, não haverá prejuízo.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

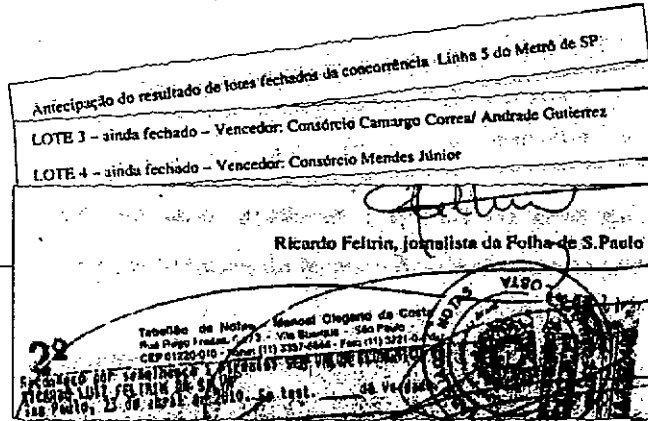
30 NOV 2011

CONTRATOS SOB SUSPEITA

Cronologia dos problemas da licitação de obras da linha-5 do Metrô de SP

Abr.2010

Reportagem da Folha tem acesso ao resultado da licitação dos lotes 3 a 8 da linha 5 do metrô. Como prova, a lista de vencedores tem firma reconhecida em cartório e mostrada pelo jornalista Ricardo Feltrin em vídeo gravado e arquivado na época



Documento com firma reconhecida em abr.2010 mostra lista de vencedores da licitação só concluída em out.2010

21.out.2010

Metrô divulga resultado da licitação

26.out.2010

Reportagem da Folha mostra que o resultado da licitação era conhecido seis meses antes do final da concorrência



9.nov.2010

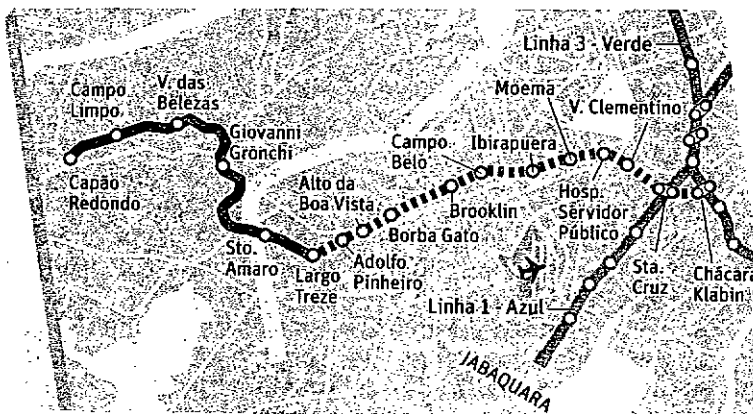
Metrô suspende a licitação por suspeita de fraude

19.mai.2011

Metrô confirma empresas suspeitas como vencedoras

COMO SERÁ A LINHA 5-LILÁS

— Concluída - - - - - Prevista



3.nov.2011

Ministério Público entra com ação pedindo o afastamento do presidente do Metrô, Sérgio Avelleda, além da anulação da concorrência

22.nov.2011

Justiça determina afastamento de Avelleda do Metrô e a suspensão dos contratos

Ontem

TJ determina volta de Avelleda ao cargo

30 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

TRF livra militares de ação por tortura

Tribunal diz que crimes da ditadura prescreveram;
um dos réus foi apontado por Dilma como autor de maus-tratos

Procuradoria pedia que ex-agentes da Operação Bandeirante fossem obrigados a devolver patente e aposentadoria

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (São Paulo) decidiu que os militares acusados de torturar presos políticos na Oban (Operação Bandeirante) durante a ditadura não podem mais ser condenados porque seus supostos crimes já prescreveram.

A decisão beneficia quatro ex-agentes do regime. Entre eles está o tenente-coronel reformado Maurício Lopes Lima, que foi apontado como torturador pela presidente Dilma Rousseff em depoimento à Justiça Militar, em 1970.

A Procuradoria Regional da República recorreu ontem ao TRF contra a decisão. No processo, os réus negaram a participação em maus-tratos (leia texto abaixo).

O Ministério Público Federal pedia que os militares fossem responsabilizados na esfera cível, já que a Lei de Anistia livra os ex-torturadores de qualquer condenação penal.

A ação pedia que eles fossem declarados responsáveis por maus-tratos a 20 presos políticos, incluindo Dilma, e obrigados a devolver a aposentadoria e a restituir os cofres públicos por indenizações a vítimas do regime.

Para a Procuradoria, os militares ainda poderiam ser condenados com base no tratado que criou o Tribunal Penal Internacional, assinado

pelo Brasil. O documento considera imprescritíveis os crimes contra os direitos humanos, como a tortura.

Ao julgar o caso, a 6ª Turma do TRF se amparou na decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de manter a validade da Lei de Anistia, em abril do ano passado.

“Não reconhecendo o STF a aplicação do referido tratado sobre os crimes de tortura (...), não existem fundamentos para afirmar que os seus efeitos civis possam ter repercussão”, escreveu o relator do processo, o juiz federal convocado Santoro Facchini.

De acordo com o magistrado, a ação não apontava a tortura como “fato ocasional ou delimitado”, e sim como “prática sistematizada e institucionalizada” da ditadura.

O voto foi aprovado por unanimidade na sessão de 27 de outubro, e a decisão foi publicada no último dia 10.

Segundo o Código Civil, os crimes descritos em ações civis públicas como esta prescrevem em até dez anos.

O Exército instalou a Oban em julho de 1969 na rua Tufoia, no Paraíso (zona sul).

Quando os nomes dos réus apareceram na lista de torturadores divulgada pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), em 1975, o órgão já não operava mais.

MODELO

No livro “A Ditadura Escancarada”, o jornalista Elio Gaspari descreve a Oban como “instituição modelar de repressão” do regime.

Por isso, esta ação era considerada uma das mais importantes do grupo de trabalho Memória e Verdade do Ministério Público Federal, que investiga crimes da ditadura.

Atuaram na Oban alguns dos principais acusados de torturas no período, como os maiores Waldyr Coelho e Bernoni Albernaz e o delegado Sérgio Paranhos Fleury.

A Procuradoria processou quatro remanescentes do órgão: os militares reformados Homero César Machado, Inocêncio Beltrão e Maurício Lopes Lima e o ex-capitão da PM João Thomaz.

A ação se baseou em documentos dos órgãos de espionagem e no livro “Brasil Nunca Mais”, organizado pela Arquiocese de São Paulo.

A obra cita o depoimento em que Dilma aponta Lima como torturador. Em 2009, ela disse à *Folha* que o militar não a torturou, mas “entrava na sala e via tortura”.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

30 NOV 2011

CRIMES PRESCRITOS

Justiça decide que militares acusados de tortura durante a ditadura não poderão ser punidos

1

AÇÃO

Em 2010, o Ministério Público Federal moveu uma ação em que pedia que a Justiça declarasse quatro ex-agentes do regime como responsáveis por torturas

2


DEPOIMENTO

Um dos acusados era Maurício Lopes Lima, tenente-coronel reformado citado em depoimento de Dilma Rousseff em 1970 como "um dos torturadores da Oban"

3

PRESCRIÇÃO

Por entender que os supostos crimes já prescreveram, a Justiça decidiu que os acusados não podem ser condenados. A Procuradoria recorreu

412	 Rousseff, Linhares		
PROF.	estudante	IDADE	22
LOCAL	SP - OBAN - DOPS	ANO	1970
APELAÇÃO 39.093	VOL. 9	PÁG. 2063 e 2067	KCV
PARTE auto de qualificação e Interrogatório - Auditoria			

(...) que, pelos nomes conheço apenas a testemunha Maurício Lopes Lima, sendo que não pode considerar a testemunha Maurício Lopes Lima como tal, visto que ele foi um dos torturadores da OB; que, com referência as outras testemunhas nada tem a alegar; que tem, ainda, a acrescentar que na semana passada, dois elementos da equipe chefiada pelo Cap. Maurício compareceram ao presídio Tiradentes e me agarraram a interrogando de novas sevícias, ocasião em que perguntou-lhes se estavam autorizados pelo Poder Judiciário e recebeu como resposta o seguinte: "você vai ver o que é o Juiz lá na OB"; (...)

O QUE FOI A OBAN (Operação Bandeirantes)

Órgão de repressão instalado em 1969 na rua Tutoia, em SP, sob comando do Exército. No ano seguinte, virou o Doi-Codi



OS ACUSADOS

João Thomaz,
ex-capitão da PM-SP

Maurício Lopes Lima,
tenente-coronel reformado
do Exército

Homero Cesar Machado,
ex-capitão do Exército

Innocencio Beltrão,
ex-major do Exército

DEFESA

Os quatro negam
participação em torturas

30 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Bê-á-bá na Justiça

A última coisa de que a classe média paulista precisava aconteceu: a necessidade de recorrer à Justiça para matricular o filho no primeiro ano da escola particular.

Por força de uma duvidosa resolução do Conselho Estadual de Educação que estabelece que só podem ser inscritas no primeiro ano crianças que completarem seis anos até 30 de junho, várias instituições privadas vêm impedindo alunos nascidos no segundo semestre de seguir na mesma turma de seus colegas de pré-escola na passagem para o primeiro ano.

Inconformados com a exclusão do grupo de amigos e com a anuidade extra com que teriam de arcar, pais foram ao Judiciário, que vem concedendo liminares permitindo a matrícula.

O conselho, amparado pelo Ministério Público, afirma que a resolução, de 2008, deu às instituições prazo suficiente para adaptar-se à situação. Deveriam ter aplicado a nova regra a suas turmas de pré-escola para evitar a materialização do problema agora. Sustentam que evitar grandes disparidades de idade é importante para o desenvolvimento pedagógico e social da criança.

As escolas, por seu turno, alegam que, em muitos casos, os pais

têm razão. Dizem, porém, que não podem aceitar a matrícula porque o descumprimento da resolução poderia sujeitá-las a sanções administrativas. Não mencionam, é claro, a anuidade extra, mas isso seria exigir demais da natureza humana.

Embora o argumento do conselho faça sentido em suas linhas gerais —aos seis anos, seis ou sete meses podem fazer bastante diferença em termos de desenvolvimento neurológico—, é um contrassenso estabelecer uma data arbitrária e a partir dela dividir as crianças, sem olhar para as situações individuais.

Se é verdade que alguns meses podem importar, também é verdade que indivíduos variam bastante. Não é impossível encontrar uma criança de cinco e meio mais preparada para a alfabetização que uma de seis. A única forma de decidir é julgando caso a caso, o que escolas e pais podem fazer, mas os burocratas do conselho, não.

A melhor forma de resolver a questão seria rever a resolução, transformando-a numa diretriz em vez de regra inquebrantável.

É ruim para crianças, pais, escolas e também para a própria Justiça que questões como essa tenham de ser judicializadas.

30 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Magistrados devem parar hoje para reivindicar aumento salarial

DE SÃO PAULO - Os magistrados das Justiças Federal e do Trabalho organizaram para hoje uma paralisação para reivindicar aumento salarial. A remuneração inicial dos juízes é de R\$ 20 mil mensais.

Além deles, os servidores da Justiça em 19 Estados estão em greve por tempo indeterminado, segundo a Fenajufe (Federação dos Servidores do Judiciário Federal).

Em São Paulo, os juízes trabalhistas farão dois protestos no fórum da Barra Funda (zona oeste), o maior do país, com 90 varas.

As categorias formadas por cerca de 5.600 juízes reclamam

ainda da falta de segurança e da "desvalorização da carreira". A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) afirma que 20 mil audiências foram remarcadas.

Desde o início do ano, setores do Judiciário criticam o governo por não ter enviado a previsão de reajuste no Orçamento. Após pressão, o Planalto fez um adendo, mas sem garantia de aumento.

"Não gostaríamos de ter chegado a esse ponto, mas não temos alternativa diante do impasse institucional", disse o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna.

Juiz afasta prefeito do DEM por uso da máquina pública

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM UBATUBA

A Justiça determinou na segunda-feira que o prefeito de Ubatuba (SP), Eduardo Cesar (DEM), seja afastado imediatamente do cargo por ter supostamente usado a máquina pública para fazer propaganda pessoal.

A liminar também afastou o chefe de gabinete e pré-candidato a prefeito, Délcio José Sato (PPS), e o motorista Richarles Freitas.

Os réus podem recorrer ao Tribunal de Justiça de São Paulo para tentar anular a liminar do juiz da 1ª Vara Cível de Ubatuba, João Mário Estevam da Silva.

O Ministério Público acusa o trio de distribuir folhetos com propaganda pessoal do prefeito e do chefe de gabinete na comemoração do aniversário da cidade.

O prefeito, que está viajando, não se manifestou. O secretário de Assuntos Jurídicos, Marcelo Mourão, disse que o prefeito ficou "indignado" e vai recorrer. Ele disse que o informativo não é uma publicação oficial e foi custeado pelo prefeito.

30 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

MTV é condenada a pagar R\$ 40 mil para pais ofendidos com 'Casa dos Autistas'

Ana Maria Carvalho Elias Braga e Carlos Braga, pais de dois meninos autistas Rafael e Renato, ganharam na Justiça de São Paulo o direito à indenização por danos morais pelo Grupo Abril devido à exibição pela MTV, em 22 de março deste ano, do quadro "Casa dos Autistas".

Na atração, parte do humorístico "Comédia MTV", atores simularam por três minutos trejeitos e urros, que foram atribuídos às pessoas com autismo, o que provocou revolta em parte do público.

A síndrome pode causar déficits na comunicação e na interação social, além de comportamentos repetitivos, mas as manifestações variam de pessoa para pessoa.

O juiz João Omar Marçura, da 24ª Vara Cível da capital, afirmou na decisão que a cena causou "danos gravíssimos aos autistas, seus familiares e pessoas que com eles convivem e os respeitam" e não aceitou o argumento de que as imagens foram exibidas uma vez na TV, pois elas se alastraram pela internet.

A empresa terá de pagar R\$ 40 mil à família — o pleiteado era R\$ 100 mil. "Acima do valor financeiro, que não era a nossa preocupação, a sentença me lavou a alma. O juiz entendeu a nossa sensação diante da agressão que sofri e marcou a história de lutas por respeito não só dos autistas, mas de vários outros grupos sociais", afirmou Ana.

BABAQUICE

O humorista Paulinho Serra, que estava no quadro "Casa dos Autistas", por sua vez, disse à **Folha** que "essa perseguição ao humor é uma grande babaquice".

"Tenho medo de ser preso qualquer hora por fazer uma piada no palco", diz ele.

"Sou a favor da reparação, nos reparamos ao vivo dentro do programa do [Marcelo Adnet], que também faz parte do "Comédia" e se desculpou à época pelo Twitter.

Ele lembra que a MTV veiculou na programação esclarecimentos sobre o autismo.

"Fico triste que estejamos no caminho da condenação. Querem prender o Rafinha Bastos por causa de uma piada, execrar o Danilo Gentili, e agora fazem uma emissora de TV pagar uma multa por algo que tenho certeza que não vai mudar nada."

A MTV não se pronunciou oficialmente por não ter sido notificada pela Justiça.

30 NOV 2011

CONCILIAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Judiciário já realizou

1,2 milhão

de audiências

Marca foi atingida após cinco edições anuais,

O Judiciário brasileiro realizou 1,2 milhão de audiências de conciliação durante as cinco edições anuais da Semana Nacional de Conciliação, realizadas de 2006 a 2010. Nesse período de esforço concentrado da Justiça em todo o país para resolver conflitos por meio das conciliações, o total de audiências permitiu a formalização de 574 mil acordos em valores homologados que somaram R\$ 3,5 bilhões. Os dados foram consolidados pelo coordenador do Movimento pela Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conselheiro José Roberto Neves Amorim, com base nos resultados observados ao final do período das semanas nacionais.

“A conciliação é uma prática que veio para ficar. É uma condição de pacificação social necessária e definitiva para o Judiciário brasileiro”, afirmou o coordenador. De acordo com o conselheiro, dentre as várias vantagens da prática de mediação de conflitos destacam-se deixar a Justiça mais aberta para a população, melhorar o atendimento aos jurisdicionados e desafogar o estoque de processos existente nos tribunais.

Resolução 125

Sobre o fato de ser este o primeiro ano de realização da campanha após a implantação dos núcleos e centros de conciliação nos estados, nos moldes do que determina a Resolução 125 do CNJ (que instituiu a Política Nacional de Conciliação), o conselheiro

realizada desde 2006

deixou claro que o CNJ não tem encontrado dificuldades por parte dos tribunais.

“Tanto a administração dos tribunais como magistrados e servidores já perceberam que a conciliação contribui para a redução dos processos e dos conflitos como um todo. Por isso, a facilidade com que a determinação foi implantada logo no início do ano e a existência de tantas centrais voltadas para a mediação de conflitos no país”, destacou.

Demandas de massa

O conselheiro ressaltou que para a edição da Semana Nacional de Conciliação deste ano, o CNJ fez contatos com os maiores litigantes do país e com agências reguladoras, sobretudo de telecomunicações (Anatel) e de energia elétrica (Aneel), já que se trata de dois setores que concentram processos de muitos consumidores — as chamadas demandas judiciais de massa.

Como consequência, boa parte das empresas destes segmentos deve atuar como parceiras nas audiências de conciliação que acontecem até o final desta semana em processos nos quais estão envolvidas.

José Roberto Neves Amorim chamou a atenção para a importância de serem estimuladas as pessoas que possuem litígios para conciliar ainda na fase pré-processual.

“Os números revelam que a Conciliação precisa ser disseminada muito mais, porque ajuda a desafogar a Justiça não apenas nos

processos que estão dentro dos tribunais. Precisamos estimular a mediação dos litígios também durante a fase pré-processual”, destacou.



José Roberto Neves Amorim chamou a atenção para a importância de serem estimuladas as pessoas que possuem litígios para conciliar ainda na fase pré-processual.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça do Trabalho já homologou R\$ 45 milhões em acordos

30 NOV 2011

Até o meio-dia desta terça-feira (29), a Justiça do Trabalho homologou R\$ 45.871.359 em acordos efetuados em fase de execução, momento em que são cobradas as dívidas trabalhistas. De acordo com relatório analítico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), das 3.197 audiências de conciliação em fase de execução designadas, 2.659 foram realizadas. O total de acordos homologados (em número de processos) chega a 1.148.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região foi o que mais fechou acordos em execução até agora (485 no total), uma vez que a Semana Nacional

da Execução começou mais cedo em São Paulo. Os outros dois TRTs com maiores índices foram os da 9ª Região (PR), com 224 acordos homologados, e os da 21ª Região (RN), com 139 conciliações em execução. Vale destacar que alguns tribunais ainda não enviaram os dados ao CNJ.

A soma total dos acordos efetuados em 2º grau, pela Justiça do Trabalho, em fase de execução chega a R\$ 311.400. Na fase de conhecimento, foram homologados R\$ 10.670.180, tendo sido designadas 2.517 audiências, sendo que 1.925 foram efetivamente realizadas.

Procuradora afirma que conciliar traz satisfação ao magistrado

A corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, afirmou, ao encerrar o primeiro dia do 4º Mutirão de Conciliação da Justiça Federal do Distrito Federal, que a conciliação é uma das tarefas que trazem maior satisfação pessoal ao magistrado. "De todas as soluções alternativas de conflitos, a conciliação é aquela que mais prazer nos dá quando se põe fim a um conflito de interesses", afirmou a ministra.

A ministra lembrou que na maior parte das vezes os magistrados não veem o resultado final de seu trabalho, devido às diversas etapas existentes num processo judicial e às possibilidades de recursos possíveis.

Eliana Calmon disse ainda que está convencida de que na Justiça é preciso "desatar nós". "A Corregedoria é um órgão que desata os nós e hoje estou convencida de que na Justiça é preciso desatar os nós. Muitas vezes estamos acostumados a fazer o que nossos antecessores faziam,

mas hoje é preciso ir além e o trabalho que estamos desenvolvendo aqui hoje é ir além", afirmou, antes de elencar uma série de iniciativas da Corregedoria que buscam resolver conflitos por meio da conciliação, garantindo soluções mais rápidas aos casos em trâmite na Justiça.

Entre os exemplos de iniciativas citadas estão os mutirões de conciliação de ações envolvendo o Sistema Financeiro de Habitação, a solução de processos referentes ao INSS e mutirões de conciliação de ações de execução fiscal.

O 4º Mutirão de Conciliação da Justiça Federal faz parte da 6ª edição da Semana Nacional da Conciliação que ocorre em todo o país e foi aberta oficialmente nesta segunda-feira (28). Nesta edição, a Semana traz o lema "Conciliar é a Forma mais Rápida de Resolver Conflitos", e tem, como foco prioritário, as audiências de conciliação que se referem às chamadas demandas de massa.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cumulação de cargos públicos não deve ultrapassar 60 horas

30 NOV 2011

A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por unanimidade, que a cumulação de cargos públicos não deve ultrapassar 60 horas semanais nem acarretar em prejuízo ao desempenho e à saúde do trabalhador. Com esse entendimento, uma técnica em enfermagem que buscava acumular funções em dois hospitais, com carga horária superior aos limites constitucionais, teve seu recurso rejeitado.

Nos autos, a técnica conta que foi admitida no Hospital de Clínicas de Porto Alegre após aprovação em concurso público, mas recebeu no dia seguinte um ofício informando da extinção de seu contrato de trabalho. A técnica tinha vínculo com o Hospital Fêmina, ligado ao Ministério da Saúde. Ela pediu a nulidade da demissão alegando a compatibilidade de horários entre os dois empregos.

O TST manteve o mesmo entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), que reformou a sentença da 7ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Em primeira instância, o Hospital das Clínicas foi condenado reintegrar a enfermeira e lhe pagar as verbas trabalhistas devidas.

O hospital, em contestação, observou que o Parecer da Advocacia Geral da União entende ser incompatíveis jornadas semanais superiores a 60 horas para acumulação de cargos públicos.

No TST, o acórdão teve como relator o juiz convocado Sebastião Geraldo de Oliveira, que afirmou que compatibilidade de horários para a acumulação de cargos deve levar em conta ainda a possibilidade do trabalhador cumprir a jornada, sem prejuízo ao seu desempenho e à sua saúde, além da colisão de horários

SUS deverá fornecer remédio para transtorno bipolar

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinou, na última semana, que seja fornecido pelo SUS o medicamento Olanzapina a paciente do estado do Paraná que tem transtorno bipolar.

A Olanzapina é fornecida pelo SUS, mas apenas para casos de esquizofrenia. Após analisar o recurso, a relatora do processo, desembargadora federal Maria

Lúcia Luz Leiria, entendeu que a gravidade da doença justifica o fornecimento emergencial, fixando prazo de 30 dias para a entrega.

A juíza, entretanto, pediu que a paciente faça perícia para confirmar as informações fornecidas por seu médico, podendo o fornecimento ser interrompido caso não se comprove a enfermidade psíquica.

Promotora pede que STF anule pena de demissão

A promotora do Distrito Federal Deborah Guerner entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com um pedido de anulação da pena de demissão imposta pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A decisão do conselho foi proferida em maio e determinou que Guerner deve ser demitida do cargo público.

A promotora é acusada de participar de esquemas de corrupção investigados pela Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, em 2009. A operação levou ao afastamento do então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

No pedido de liminar enviado ao STF, a defesa da procuradora questiona a validade das provas que embasaram a decisão do CNMP e diz que o conselho extrapolou em suas atribuições.

A promotora argumenta ainda que a pena de demissão foi definida com base em provas de ações penais, e, caso seja absolvida, o suposto cometimento de ilícito administrativo deixa de existir.

30 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juros na execução trabalhista são menores que em dívidas cíveis

Nem sempre é com o trânsito em julgado da decisão que o conflito trabalhista se encerra. Nas sentenças condenatórias, ele só termina quando o autor recebe a importância que lhe é devida. O problema está justamente na satisfação desse crédito, pois, há ausência de instrumentos eficazes para o cumprimento da sentença, muitas vezes o devedor acaba retardando a solução do litígio.

No cálculo da execução, os juros são aplicados a partir da data em que foi ajuizada a ação na fase de conhecimento. Aqui, eles incidem, de forma simples, sobre a importância da condenação já corrigida monetariamente, e são calculados na base de 1% ao mês se o processo for contra pessoa física ou jurídica de direito privado. O percentual muda para 0,5%, se o processo for contra a Fazenda Pública.

A remuneração dos juros de mora, na Justiça do Trabalho, é inferior aos das dívidas cíveis judiciais, que são corrigidas pela taxa Selic. Como se trata de verba de natureza alimentar, a mora no pagamento de um débito reconhecido em sentença condenatória ou

decorrente de termo de acordo se constitui em uma grande injustiça ao credor trabalhista.

Para o juiz Itamar Pessi, do Núcleo de Apoio à Execução (Nupae) do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES), é necessário adotar juros diferenciados, pois a taxa atual acaba por estimular a protelação. "O valor da execução, muitas vezes, é utilizado pelos devedores para pagar credores no mercado ou até mesmo em aplicações financeiras, que rendem muito mais do que os juros do débito trabalhista", observa. "O ideal seria que os juros fossem superiores à taxa Selic ou, pelo menos, da mesma ordem".

Segundo o magistrado, outro fator que incentivaria o devedor a quitar, primeiro, o débito alimentar seria a possibilidade de se aplicar no processo trabalhista multa de 10% sobre o valor da condenação caso o devedor não pague o débito no prazo de 15 dias. "Isto está previsto no artigo 475-J do Código de Processo Civil. O assunto, controverso, deveria ser pacificado, evitando-se, assim, que as empresas apresentem recursos

em torno da aplicabilidade da norma", afirma. A aplicação de multa de 5% a 20% do valor da execução faz parte do Projeto de Lei do Senado nº 606/2011, que incorpora sugestões do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para dar mais efetividade à execução.

Mesmo sem as alterações legislativas necessárias, o TRT-ES tem adotado diversas medidas para tornar mais ágil o procedimento, como o treinamento de servidores que atuam na análise e produção de minutas de decisões (interlocutórias ou finais) na fase de execução e o inventário físico dos autos dos processos em fase de execução, realizados nos dias 2 e 3 e no período de 13 a 28 de outubro, respectivamente. Mais de 60 servidores participaram do curso Execução Trabalhista com Foco na Prática. Com carga horária de 12 horas, o treinamento teve como instrutor o diretor da 3ª Vara do Trabalho de Vitória, Alexandre Pereira Gusmão. "Se a gente colabora com o aprimoramento e conhecimento do servidor, contribui também para a efetividade da execução", avalia.

TRIBUNA DO PARANÁ

Salário 30 NOV 2011

Juízes cruzam os braços

Magistrados pedem reposição de 31%, referente à inflação desde 2006. Único reajuste que tiveram neste período foi em 2009, de 9%

Jóyce Carvalho

Os juízes federais e do Trabalho que atuam no Paraná vão aderir à paralisação nacional da categoria, programada para hoje. As audiências previstas para hoje serão remarcadas e estima-se que 20 mil delas ficarão suspensas em todo o País. Deve ser mantido apenas um plantão para emergências.

A primeira reivindicação dos juízes federais e do Trabalho é o respeito à Constituição para a reposição das perdas inflacionárias. Isto não ocorreu nos últimos cinco anos. A paralisação quer chamar a atenção para o Congresso Nacional, que precisa aprovar a reposição dos vencimentos.

“Todo ano o presidente do Supremo Tribunal Federal envia o projeto de lei para o Congresso Nacional pedindo que o teto salarial seja corrigido conforme a inflação. Compete ao Congresso votar a lei. Mas não faz isto. O governo diz que não dá para conceder aumento para ninguém. Todos estes anos estamos dialogando. Mas chega o momento de defender nossos direitos”, afirma Carlos Augusto Penteado Conté, presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho (Amatra) do Paraná.

A associação divulgou que, entre 2006 e 2011, a inflação oficial ficou acumulada em 31%, enquanto a reposição parcial determinada apenas em 2009 foi de 9%. As perdas chegam a quase um quarto do poder de compra. “Agora, neste momento em que várias categorias já tiveram a sua reposição inflacionária, queremos fazer esta sensibilização para a correção dos salários dos juízes”, explica o juiz federal Anderson Furlan, presidente da Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe).

Os juízes também reivindicam mais segurança no trabalho. “Não existe uma mínima estrutura de segurança para auxiliar os juízes ameaçados por criminosos”, comenta Furlan. De acordo com ele, há muita cobrança para não deixar casos impunes, mas não existe a contrapartida para a segurança dos juízes. Muitos são obrigados a tomar atitudes por conta própria, como viajar, para escapar das ameaças.

A categoria ainda pede mais atenção para a saúde do magistrado. Uma pesquisa da Anamatra indica que o juiz do trabalho tem um índice de adoecimento maior em relação à média nacional, com muitos casos de depressão e insônia.

SUS

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) determinou, na última semana, que seja fornecido pelo SUS o medicamento Olanzapina a paciente do Estado do Paraná portadora de transtorno bipolar. A Olanzapina é fornecida pelo SUS, mas apenas para casos de esquizofrenia. Após analisar o recurso, a relatora do processo, desembargadora federal Maria Lúcia Luz Leiria, entendeu que a gravidade da doença justifica o fornecimento emergencial, fixando prazo de 30 dias para a entrega.

30 NOV 2011

METRO

Ameaças de bomba assustam Curitiba

◊ Desde segunda-feira, três pacotes suspeitos foram encontrados na região do Alto da Glória ◊ Nenhum deles foi confirmado como bomba

A Polícia Militar foi acionada por três vezes, desde segunda-feira à tarde, para verificar supostas bombas deixadas nas ruas de Curitiba. Todos os casos aconteceram na região do Alto da Glória e em nenhum deles a suspeita foi confirmada.

Os pacotes continham fios de cobre e, em uma ocasião, uma lata de spray. Um dos artefatos foi deixado na avenida João Gualberto, ontem, o que fez com que o Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) fosse acionado e o explodisse.

Outra ameaça foi encontrada na mesma rua, na segunda-feira à tarde. Os pacotes serão analisados pelo Instituto de Criminalística.

Pacotes suspeitos



Tribunal de Justiça foi um dos alvos.

- **Tarde de segunda-feira**
O artefato foi encontrado em uma sacola na Av. João Gualberto, às 17 horas.

Noite de segunda-feira
Pacote foi encontrado em frente ao Tribunal de Justiça e explodido pelo Bope.

Tarde de terça-feira
Nova suspeita apareceu na Av. João Gualberto; objeto foi recolhido pela polícia.



THIAGO MACHADO
METRO CURITIBA

30 NOV 2011
METRO

Juízes vão fazer paralisação hoje

Magistrados da Justiça Federal e do Trabalho ameaçam parar hoje em todo o país.

Segundo a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, cerca de 3,6 mil juízes vão aderir a paralisação. A categoria reivindica aumento salarial, reclama da falta de segurança e da "desvalorização da carreira".

Esta é a primeira vez que os magistrados do Trabalho fazem este tipo de protesto no país. Mais de 20 mil audiências terão de ser remar cadas.

A Associação dos Juízes Federais afirma que cerca de 2 mil magistrados devem parar hoje. Porém, ações consideradas urgentes - criminais, que tratam de aposentadorias e de fornecimento de remédios - serão poupadas durante o protesto. Os juízes federais já haviam feito uma paralisação um abril. ● METRO

GAZETA DO POVO

GREVE NA JUSTIÇA

Juízes protestam hoje nas 30 NOV 2011 varas federais e do trabalho

Apesar de ameaça de corte do ponto, magistrados pressionam o governo para obter aumento salarial e valorização da carreira

Os magistrados da Justiça Federal e do Trabalho programaram para hoje uma paralisação de suas atividades em todo o país. Segundo a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), cerca de 20 mil audiências serão remarcadas. Já na Justiça Federal, as ações urgentes, criminais, as que tratam de aposentadorias e de fornecimento de remédios pelo SUS serão poupadas do protesto, de acordo com a Associação dos Juizes Federais (Ajufe).

Os juízes do Trabalho prometem fazer protestos em diversas cidades. Além de aumento salarial, a categoria formada por cerca de 3,6 mil juízes reclama da falta de segurança e do que chamam "desvalorização da carreira". "Não gostaríamos de ter chegado a esse ponto, mas não temos alternativa diante do impasse institucional entre os poderes", diz o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna.

O desentendimento entre Judiciário e Executivo teve início quando as previsões de receitas e gastos do ano que vem do governo foram enviadas ao Congresso sem as propostas de reajustes da Justiça. De acordo com o dirigente, a paralisação deve acontecer mesmo com a decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) de cortar o ponto de juízes e servidores grevistas. Sant'Anna diz que os magistrados estarão nos fóruns para casos urgentes. Para ele, a decisão do CSJT não se aplica aos juízes. É a primeira vez que os magistrados do Trabalho fazem esse tipo de protesto.

Já a paralisação dos juízes federais é organizada pela Ajufe, que diz representar cerca de 2 mil magistrados. Em abril, a categoria já havia feito uma paralisação. "Nos últimos seis anos, os juízes acumulam perdas inflacionárias nos seus subsídios de mais de 30%, tendo recebido no período apenas 8% na revisão destes", afirma o presidente da Ajufe, Gabriel Wedy.

30 NOV 2011

GAZETA DO POVO

Inadimplência chega a 20% nos condomínios de Curitiba

A falta de pontualidade aumentou em 15 pontos percentuais em oito anos, com o Novo Código Civil

Ana Carolina Nery

O índice de inadimplência no pagamento de condomínio em Curitiba chega a 20%, de acordo com o Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná (Secovi-PR). A redução da taxa de 20% para 2% do valor, desde janeiro de 2003, quando entrou em vigor o Novo Código Civil, contribuiu com a falta de pontualidade, avaliam os especialistas. Até oito anos atrás, o índice ficava em torno de 5%. Em todo o país, a inadimplência chega a ultrapassar os 25%.

Desde então diversas entidades do setor imobiliário e condominial alertam as autoridades sobre a questão, diz o advogado Francisco Maia Neto, especialista em direito imobiliário. "O baixo percentual

não deixa de ser estímulo, uma vez que o valor da cota condominial deixa de ser prioridade se comparada a juros de cheque especial ou cartão de crédito, que têm taxas cinco vezes maiores que a multa do condomínio."

A falta de pagamento gera problemas administrativos coletivos. "Alguns condomínios têm a receita enxuta e precisam ratear o valor da dívida com todos. Outros preveem a inadimplência e já cobram taxa maior normalmente", afirma o vice-presidente de condomínios do Secovi-PR, Dirceu Jarenko.

Conciliação

Diante do cenário, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), em parceria com o Secovi-PR, criou o Juizado Informal de Condomínios de Curitiba (Juicond) em julho de 2010. Até hoje foram realizadas 42 solicitações de conciliação. Em 23 delas foi fechado acordo entre as partes; em outras sete, nem foi preciso realizar a audiência; e em 12, os condôminos convidados à conciliação não compareceram. "Se o síndico ou administrador não conseguir resolver, deve entrar com pedido de cobrança na Justiça

Estadual", explica Jarenko. Caso não haja pagamento, o imóvel poderá ser penhorado judicialmente e leilado para quitação da dívida, complementa a advogada especialista em direito imobiliário Icemara Farias, professora do MBA em Gestão e Direito Imobiliário do Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX). Mesmo que o imóvel esteja alugado, lembra ela, quem responde pela dívida é o proprietário. "O dono paga e depois cobra do inquilino com uma ação de regresso."

Direitos

O morador inadimplente não perde os direitos como condômino, como usar o salão de festas, explica Icemara. A única exceção (artigo 1.335, inciso III, do Código Civil expressa que é direito dos condôminos votar nas deliberações da assembleia e delas participar estando quite. "Não se pode suprimir serviços e produtos do inadimplente, pois não existe previsão legal para esses atos."

Serviço

Para solicitar audiência de conciliação ao Juizado ligue para o Secovi-PR, no (41) 3259-6000.

GAZETA DO POVO

Telefonema de prefeito sobre obras em 30 NOV 2011 bairros é ilegal

Para especialistas,
Luciano Ducci pode
ser condenado por
improbidade, já que o
município contratou
o serviço de
telemarketing

Rosana Félix

! A gravação telefônica feita pelo prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB), na qual ele fala sobre asfaltamento de ruas em dois bairros da capital, é considerada ilegal por especialistas em direito político e eleitoral ouvidos pela **Gazeta do Povo**. Na mensagem, Ducci simula uma conversa ao vivo pelo telefone. O problema é que isso infringe a norma de impessoalidade do poder público, prevista no artigo 37 da Constituição Federal. O conteúdo do telefonema, recebido pela **Gazeta do Povo** no último sábado, também pode configurar propaganda eleitoral antecipada, já que Ducci é pré-candidato à reeleição no ano que vem (leia mais na página 17).

A prefeitura de Curitiba confir-

mou ontem que está utilizando o serviço de telemarketing. Para advogados da área, isso pode configurar ato de improbidade administrativa. "Isso não pode ser feito, em hipótese nenhuma, com dinheiro da prefeitura. Viola o princípio da impessoalidade. O prefeito não pode divulgar obras no município como fossem suas valendo-se de dinheiro público", observa Arthur Rollo, advogado especialista em direito eleitoral que atua em São Paulo. Para ele, cabem sanções como multa e devolução do dinheiro utilizado no serviço, entre outras coisas.

"Certamente o Ministério Público, que deve zelar pelo correto uso do dinheiro público, deve tomar alguma providência", acrescenta o advogado Silvio Salata, presidente da Comissão de Estudos Eleitorais e Valorização do Voto da OAB de São Paulo.

O telefonema tem início com o seguinte diálogo: "Oi, tudo bem? Aqui é o prefeito Luciano Ducci. Tudo bem com você?" Para Salata, a infração ao princípio da impessoalidade é clara. "Até poderia ser tolerado uma menção dizendo-se prefeito da cidade, mas sem falar o nome. No âmbito da administração pública, não se pode pretender nenhum tipo de promoção pesso-

al", observou. Arthur Rollo, entretanto, pondera que a voz do prefeito já é uma característica pessoal, e por isso ele não poderia ter gravado a mensagem.

Campanha

O advogado Rodrigo Meyer Bornholdt, de Joinville (SC), diz que a Justiça brasileira tem se mostrado rigorosa contra esse tipo de situação. "Pela atual jurisprudência, a tendência é que mensagens assim sejam consideradas campanha eleitoral antecipada." Pela legislação eleitoral, a propaganda só pode começar três meses antes do pleito. "A prefeitura pode alegar que está fazendo prestação de contas, mas isso teria que ser de forma impessoal. O telemarketing, como o próprio nome diz, é para fazer propaganda, e exige um aporte considerável de dinheiro", explica.

Bornholdt diz que, pessoalmente, defende que os pré-candidatos tenham mais liberdade para conversar com eleitores. "Mas, na medida em que isso causa desvantagem aos concorrentes e configura uma espécie de abuso do poder econômico, não pode ser feito."

CONTINUA

30 NOV 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Gasto com publicidade institucional cresce 72%

▶ O orçamento da prefeitura de Curitiba de 2011 aprovado na Câmara de Vereadores previa gastos de R\$ 11,5 milhões ao longo do ano com publicidade institucional e R\$ 7 milhões com propaganda de utilidade pública. O montante totalizava R\$ 18,6 milhões com a função comunicação social. Por meio de remanejamentos, o Executivo aumentou o gasto com propaganda institucional para R\$ 20 milhões, e reduziu a verba de utilidade para R\$ 1,7 milhão.

A publicidade institucional tem como objetivo divulgar informações sobre atos, obras, metas e resultados de programas governamentais. Os anúncios de utilidade pública devem estar vinculados a objetivos sociais de interesse público, com caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Reportagem da *Gazeta do Povo* de 17 de julho deste ano mostrou que, para especialistas, a publicidade institucional é uma importante ferramenta de prestação de contas aos cidadãos, mas ela deve ser feita com parcimônia e pode suscitar questionamentos judiciais.

A prefeitura de Curitiba informou, por meio da assessoria de imprensa, que apresentará nesta quinta-feira os motivos dos remanejamentos e como eles foram utilizados. Mas adiantou que tudo foi feito dentro da lei, e que a publicidade institucional também pode ter caráter de utilidade pública. (RF)

Ligação não pode ser bloqueada por partir de SP

▶ A origem da ligação com a gravação do prefeito Luciano Ducci é o estado de São Paulo. O telefonema parte de um número com DDD 11, o qual não recebe chamadas. O fato de a ligação ser de fora acaba tornando a ligação mais difícil de ser evitada pelos cidadãos.

O Paraná tem uma lei estadual que permite aos cidadãos barrarem telefonemas de telemarketing. Basta fazer um registro e as empresas ficam proibidas de insistir nas ligações. Entretanto, o sistema coordenado pelo Procon paranaense só permite o bloqueio para números de telefone provenientes do próprio estado, com os DDDs que vão de 41 a 47. Assim, não é possível se cadastrar no sistema para bloquear o telefonema do prefeito.

Prefeitura alega que mensagem serve para prestar contas

Em nota encaminhada à *Gazeta do Povo*, a prefeitura de Curitiba confirma que é responsável pelos telefonemas em que Luciano Ducci fala de obras de asfalto. O conteúdo da mensagem, segundo a nota, é referente à "prestação de contas". Leia a nota na íntegra:

"A prefeitura de Curitiba, por intermédio do serviço de ouvidoria por telefone ao cidadão, promove, entre outras ações, o chamamento de aprovados em concurso público, a

convocação para audiências públicas obrigatórias por lei, o anúncio de atividades do programa Comunidade Escola, informações sobre cursos do Liceu de Ofícios e do programa de qualificação Bom Negócio, informes ao cidadão sobre a realização de serviços solicitados, como manutenção de rua e troca de iluminação, além de prestação de contas sobre serviços e obras. A mensagem em questão se refere a uma prestação de contas de obras." (RF)

GAZETA DO POVO

ROGÉRIO GALINDO 30 NOV 2011

Qual é a grande vitória?

Beto Richa resolveu dar uma parada no seu dia ontem para comemorar o grande feito eleitoral de um ano atrás. Não deixa de ser curioso: imagine-se o trabalhador que usasse anualmente o dia de sua contratação para fazer um almoço, em dia de expediente, com os amigos. Poucos poderiam fazer a pausa mais longa. Quem dirá garantir uma boca livre para tanta gente...

Richa, de certa maneira, chega assim também perto do fim de seu primeiro ano de governo. No exercício do cargo tem mehos coisas a comemorar do que teve no período eleitoral. Vitórias não faltaram: na Assembleia, com uma maioria esmagadora, ganhou todas. Mas isso não conta: nossos deputados votam com quem quer que esteja ocupando o poder. Só assim garantem as benesses para as "bases" que os reelegem.

O que se espera de um governo não são vitórias de outro tipo: Conquistas sociais, que possam ser repartidas por todos. Os comensais de Beto andam compartilhando do bom e do melhor em restaurantes. Mas o que os milhões de eleitores podem dizer que ganharam nesses 11 meses de gestão.

O tal "novo jeito de governar" parece, no mínimo, um pouco confuso. Beto dizia com todas as letras que não iria privatizar nada. Verdade: vender, de fato, não vendeu. Mas aparentemente havia letrinhas miúdas no programa de governo dizendo que terceirização para ONGs valia.

Trata-se também de um governo de contradições. Por um lado, a terceirização faria imaginar que o Estado ficaria mais leve, mais barato. Aliás, esse é o discurso do "choque de gestão" que Beto fez durante toda a campanha. Mas agora o contribuinte já viu que a conta não vai ficar exatamente mais barata.

Não é só o tarifaço do Detran (aquele que Ademar Traiano, artífice do eufemismo do ano, insiste em chamar de "realinhamento das taxas"). Em menos de um ano, Richa já avisou a seus eleitores que vai contratar R\$ 1,7 bilhão em empréstimos de longo prazo. Alguém se lembra de ter visto algo sobre isso na campanha?

Claro que quando chegar a hora de fazer os últimos pagamentos, Beto terá terminado seu mandato faz tempo. Mas eu e você continuaremos pagando, com nosso imposto e nosso suor. Nada contra: imposto faz parte. Sem isso, não há civilização. Mas faz sentido falar em choque de gestão e sair tomando tudo isso de empréstimo?

Mais grave do que tudo isso, porém, é a aparente falta de rumo do governo. Aonde Beto quer chegar? Qual é o seu grande plano de longo prazo para o estado? Por vezes, parece que estamos navegando sem norte, pensando apenas em finanças e projetos pontuais. A falta de um

pensador por trás da atual gestão é evidente. Richa precisava de alguém com uma visão mais longa do que a sua. Mas o grupo à sua volta parece formado mais por ganhadores de eleições do que por estadistas.

Ganhar eleições é bom. Claro que Beto tem o que comemorar (embora pudesse marcar isso para um fim de semana...). Mas em teoria um bom governante deveria ver a eleição como um meio de chegar ao cargo, como um mero passo para iniciar as transformações sociais que é preciso fazer. Quando a vitória na eleição é a maior conquista a ser celebrada, algo há de ser revisto.



30 NOV 2011

GAZETA DO POVO

Governo abafa crise na Polícia Militar

Felippe Antbál

O novo comandante da Polícia Militar (PM) do Paraná, o coronel Roberson Bondaruk, prometeu coibir a contravenção, como o jogo do bicho e os caça-níqueis, na mesma medida que outros crimes. "Não fazemos distinção entre crime e contravenção. A atuação da PM vai ser sistemática em todo o tipo de delito", afirmou.

A declaração foi dada após tomar posse do cargo, ontem à tarde, em Curitiba. Bondaruk reafirmou que uma das prioridades de seu comando será o fortalecimento da Corregedoria da PM, com o objetivo de coibir e punir eventuais "desvios de conduta dos policiais".

A solenidade foi marcada por tentativas do governador Beto Richa (PSDB) e do secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, de abafar uma eventual crise na polícia. Na última sexta-feira, o ex-comandante Marcos Theodoro Scheremeta convocou uma coletiva de imprensa para afirmar que foi exonerado do cargo por causa de "desgastes" com o secretário. Na conversa, acabou admitindo que mantém relacionamento com operadores de jogos de azar.

Scheremeta afirmou que a cúpula da PM e Almeida César sabiam que ele tinha ligações com chefões do bicho. Ontem, questionado duas vezes pela Gazeta do Povo sobre as declarações do ex-comandante, o secretário, primeiramente respondeu de forma evasiva e, em seguida, se calou e foi

escotado por seguranças, interrompendo a coletiva.

Tudo azul

No palanque das autoridades, Scheremeta e Almeida César estavam separados pelo governador, que se postou entre eles. O ex-comandante e o secretário evitaram se falar e só se abraçaram quando o mestre de cerimônias leu uma mensagem em que Almeida César elogiou o trabalho do coronel à frente da corporação. Antes de a entrevista ser interrompida, o secretário voltou a negar que atritos com Scheremeta tenham motivado a troca no comando da PM, o que gerou mal-estar entre os oficiais da corporação. "Nenhuma divergência. Podemos ter divergência de opiniões, o que é normal, mas as palavras de Scheremeta mostram um grande entrosamento", disse.

Richa minimizou a mudança na PM e também elogiou Scheremeta. O governador disse que encara com "tranquilidade" a troca de comando e garantiu que a alteração está vinculada a problemas pessoais do ex-comandante e que não há problema envolvendo o Hospital da PM. "Ele [Scheremeta] disse a mim que é a favor dos investimentos que estão ocorrendo no hospital (...). As intrigas que tentaram lançar por aí, nenhuma delas procede. Tenho respeito pelo coronel", finalizou.

"Não temos nenhuma divergência. Podemos ter divergência de opiniões, o que é normal, mas as palavras de Scheremeta mostram um grande entrosamento."

Reinaldo de Almeida César, secretário de Segurança Pública do Paraná.

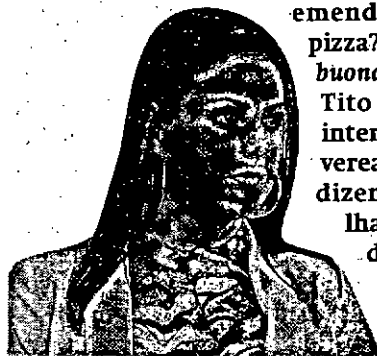
GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

30 NOV 2011

Boas-vindas

A animosidade entre alguns vereadores da Câmara de Curitiba e Renata Bueno (PPS, foto) ganhou um novo capítulo na sessão de ontem. A vereadora convidou três diretoras da Universidade de Roma (Itália) para acompanhar a sessão, mas o comportamento dos seus colegas não foi nada cordial. Quando as italianas foram convidadas a se juntar à mesa diretora, Algaci Tulio (PMDB) deu um berro dizendo "o que essas italianas estão fazendo aqui na Câmara?" O presidente licenciado João Cláudio Derosso (PSDB)



emendou: "Vieram entregar pizza?" Outros, berravam "tutti buona gente" aos convidados. Tito Zeglin (PDT) chegou a interromper um discurso do vereador Paulo Salamuni (PV) dizendo "gentalhas e gentalhas". Por fim, vários vereadores se retiraram da sessão quando Renata subiu à tribuna para apresentar suas convidadas.

Projeto apóia jovens vítimas de exploração

O Serviço Social da Indústria (Sesi) realiza hoje, em Curitiba, a aula inaugural da segunda turma do projeto ViraVida, que oferece capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho a jovens e adolescentes em situação de exploração sexual. Amanhã e na sexta-feira haverá aulas inaugurais do projeto também em Londrina (Norte do estado) e Foz de Iguaçu (Oeste). No total, mais 60 jovens iniciam as atividades. Na capital e em Foz haverá, também, a formatura de 24 alunos da primeira turma.

O projeto é dirigido a meninos e meninas entre 16 e 21 anos, de famílias de baixa renda, que residem nas periferias de grandes centros, em situação de vulnerabilidade social. Iniciado há quase quatro anos, o ViraVida está em 13 estados, abrangendo 16 cidades. A meta é alcançar todos os estados. Hoje, 795 alunos já concluíram os cursos e 893 estão em processo de formação. Dos que concluíram, 582 estão inseridos no mercado de trabalho.

PONTAGROSSA Ação questiona convênio da UEPG

Uma ação popular que tramita na Justiça Federal em Ponta Grossa questiona um convênio entre a secretaria municipal de Saúde e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Faupeg) para administrar a contratação de médicos no Pronto-Socorro Municipal. O convênio prevê o repasse de R\$ 1,4 milhão da prefeitura à fundação e os trabalhos começaram no último dia 1.º. A ação foi protocolada pelo presidente da comissão de Saúde da subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Luiz Setembrino Von Holleben, que alega que a entidade é privada e não está cadastrada para prestar serviços na área de saúde.

NOTA POLÍTICA

Fraude

Poucos dias após ser acusado de nepotismo por manter sua mulher lotada em seu gabinete, o vereador Odilon Volkmann (PSDB) é alvo de outra denúncia. Em imagens feitas pela RPCTV, funcionários da Mercearia Volkmann, de propriedade do parlamentar, cobram uma taxa de 10% para simular vendas no cartão de funcionários da prefeitura de Curitiba. O Cartão Qualidade é o crachá dos servidores e serve para compras em farmácias, mercados e até para empréstimos, com limite estipulado e desconto na folha de pagamento. As operações em dinheiro só podem ser feitas em instituições autorizadas pelo BC.

BESSA

Presente para os pequenos

Além da arrecadação do Tropical Banana, o Pequeno Príncipe vai receber R\$ 3 milhões do Fundo Nacional de Saúde para o aprimoramento de sua estrutura em 2012. Autor da ementa, o

senador Roberto Requião enviou ofício aos cuidados do Escritório Professor René Doti, para que o próprio Doti anunciasse a novidade, durante encontro com o responsável por novos projetos do Pequeno Príncipe, Diogo dos Reis Ruiz. Ele esteve no Escritório na última sexta-feira para apresentar os projetos do hospital com benefício da remuneração fiscal.

Vale lembrar que é possível direcionar ao Pequeno Príncipe parte do Imposto de Renda, a pagar ou retido na fonte, até o dia 29 de dezembro deste ano.

30 NOV 2011

GAZETA DO POVO

Viúva da Mega-Sena vai a julgamento

Começou na última segunda-feira, no Tribunal do Júri de Rio Bonito (RJ), o julgamento da ex-cabeleireira Adriana Ferreira de Almeida, acusada de manter matar o marido René Senna em 2007, dois anos após ele ganhar R\$ 51,8 milhões na Mega-Sena. A viúva teria se aliado a uma amiga e a quatro ex-seguranças do milionário para cometer o crime.

Além dela, outros três acusados estão sendo julgados pela morte de Senna: a professora de educação física Janaína Sousa e os PMs Ronaldo Amaral, o China, e Marco Antônio Vicente. A previsão é de que o julgamento dure de quatro a cinco dias. Ao todo já foram ouvidas sete testemunhas, seis da acusação e uma da defesa.

Ontem, Renata Almeida Senna, filha de Senna, acusou a ex-cabeleireira de se aproveitar de seu pai. Para ela, o relacionamento dos dois era claramente interesseiro, já que o lavrador era um homem muito mais velho e sem as duas pernas, amputadas por causa da diabetes.

A filha disse ainda que Adriana afastou o pai da família e não deixava que ela e os tios falassem com ele. Renata chorou ao lembrar da morte do pai, que descobriu quando foi visitá-lo na manhã seguinte ao crime. Desde a morte de René, a ex-cabeleireira trava uma batalha judicial com Renata, única filha do milionário, pelos bens.

30 NOV 2011

GAZETA DO POVO

FERNANDO MARTINS

O crack e a internação compulsória

As instituições ocidentais modernas foram erguidas a partir da premissa de que todos os seres humanos são igualmente livres — e de que o pressuposto da liberdade é a razão. Ou seja, o homem usa o intelecto para controlar seus instintos animais e, assim, liberta-se da bestialidade. A consequência da racionalidade, portanto, só poderia ser a constituição de uma sociedade (viver junto de outras pessoas é vantajoso) e de um Estado (instituição cujo objetivo formal é garantir a liberdade de todos, paradoxalmente, por meio da restrição consentida das liberdades individuais).

O crack, a droga que se alastra pelos quatro cantos do país, rouba do dependente aquilo que o torna humano: a sua razão e, conseqüentemente, a liberdade. A brutal "fissura" do usuário para continuar a consumir o entorpecente é uma prisão. É um instinto incontrolável que não existe nem mesmo na selva. Os animais buscam sempre sua sobrevivência; o crack leva o homem à autodestruição. O viciado, sob esse aspecto, é reduzido a uma condição inferior à de uma fera selvagem.

É por isso que a proposta de internação involuntária dos usuários de crack, discussão que começa a ganhar corpo, faz sentido. Ao Estado, o guardião da liberdade de todos, caberia intervir para assegurar o resgate da razão e a libertação do dependente. O argumento de que ninguém pode ser obrigado a fazer nada contra sua vontade parece frágil ao se considerar que o usuário já não controla seus desejos e virou um escravo do vício.

O debate acerca da internação

involuntária deve crescer com o lançamento do Plano Nacional de Combate ao Crack, previsto para ocorrer em breve. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, já se posicionou a favor desse tipo de medida, desde que feita com critérios e respeito.

Mas a calorosa discussão que deve envolver a internação compulsória embute o risco de desviar a atenção do segundo (e mais importante) aspecto de uma política de combate ao crack: a necessidade de haver uma rede de assistência que não seja um mero depósito de gente retirada das ruas. É preciso ter em mente que o objetivo da internação compulsória é libertar o usuário para assegurar-lhe o resgate da dignidade humana — e não segregá-lo.

Mas há maus sinais no ar. Na segunda-feira, o Conselho Federal de Psicologia lançou o alerta ao divulgar relatório de uma inspeção a 68 instituições de internação de usuários de drogas em 24 estados e no Distrito Federal: em todas elas foram verificadas violações dos direitos básicos dos dependentes. Pode ser que o país perca sua primeira grande tentativa de enfrentar as drogas pelo viés da saúde pública e não da polícia.

A proposta de internação involuntária dos usuários de crack faz sentido. Mas essa calorosa discussão embute o risco de desviar a atenção do segundo (e mais importante) aspecto de uma política de combate à droga: a necessidade de haver uma rede de assistência que não seja um mero depósito de gente

30 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Presidente do Metrô volta ao cargo

Justiça suspendeu liminar que determinava afastamento de Avelleda, acusado de improbidade por manter contratos da Linha 5-Lilás

A Justiça de São Paulo suspendeu ontem a liminar que determinava o afastamento do presidente da Companhia do Metrô de São Paulo (Metrô), Sérgio Henrique Passos Avelleda. Segundo a companhia, ele já estava de volta ao cargo ontem mesmo.

Avelleda foi afastado no dia 18, acusado de improbidade administrativa pelo Ministério Público Estadual (MPE). A Promotoria diz que o presidente errou ao manter os contratos da Linha 5-Lilás do Metrô mesmo sob suspeita de fraude na concorrência.

Segundo o desembargador Márcio Franklin Nogueira, do Tribunal de Justiça de São Paulo, "não há dúvida de que são fortes os indícios de fraude no procedimento licitatório". Ele pondera que é necessário "ter mais do que indícios" para uma medida tão grave quanto o afastamento do presidente do Metrô.

No despacho, diz ainda que a permanência de Avelleda no cargo neste momento não prejudica as investigações sobre fraudas nas obras Linha 5-Lilás, e sublinha que não encontrou "ainda" nos autos provas sobre a responsabilidade de Avelleda no ato de improbidade administrativa. O Ministério Público diz que vai recorrer da decisão.

A denúncia de conluio entre as empresas que participavam da licitação foi feita em abril de 2010. O governo chegou a suspender a licitação, mas a retomou em julho deste ano.

O edital preparado pelo Metrô previa que as obras da Linha 5-Lilás seriam feitas em oito partes, e cada empresa só poderia vencer um dos lotes em disputa. Isso significa que o ganhador do lote 1, por exemplo, não teria suas propostas para os demais trechos

abertas, mesmo que oferecesse preços mais baixos.

Com isso, o Ministério Público acusa o Metrô de ter causado um prejuízo de R\$ 327 milhões aos cofres públicos - o valor é a soma do que o governo gastou a mais quando não priorizou as propostas mais baratas.

Defesa. O presidente do Metrô não se pronunciou ontem. Em entrevista ao *Estado* há duas semanas, porém, Avelleda defendeu-se dizendo que, quando o contrato das obras da Linha 5-Lilás foi assinado, ele ainda não era presidente do Metrô, mas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Argumentou ainda que as regras escolhidas para o edital são válidas. "Se uma única empresa ganha toda a obra, que é complexa, caríssima e exige rigor extremo, o Metrô fica refém de uma única companhia, que poderá ter problemas financeiros ou técnicos durante a obra", afirmou.

A Secretária de Estado dos Transportes Metropolitanos, que gerencia o Metrô, já havia dito que a decisão da Justiça de afastar o presidente da companhia era "totalmente descabida" porque a decisão de prosseguir com os contratos foi tomada por toda a diretoria, não por Avelleda pessoalmente.

MPE afirma que Estado induziu a Justiça a erro

● O Ministério Público Estadual afirma que o governo apresentou fatos "absolutamente divorciados da realidade" ao recorrer à Justiça para retomar as obras da Linha 5-Lilás. A afirmação está no agravo (recurso) enviado ontem ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça contra a decisão que liberou as obras, que pede nova suspensão.

Para o MPE, a afirmação que a paralisação da obra traria prejuízos à sociedade não é verdadeira, porque as obras não começaram. Para dizer isso, segundo o promotor Maurício Milani, o MPE visitou e fotografou os canteiros.

Outro argumento é que a obra está sem projeto executivo - a contratação foi derrubada pela 12ª Vara da Fazenda Pública após recurso de uma das empresas que participavam da licitação. Sem projeto executivo, a obra não poderia começar. O Metrô diz que elas estão em andamento, mas estão na fase de demolição dos imóveis, a primeira da construção.

30 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça condena ex-executivos da Parmalat no Brasil

Gianni Grisendi e Carlos de Souza Monteiro foram condenados a três anos de prisão por crime contra o sistema financeiro

A Justiça Federal condenou a 3 anos e três meses de prisão os dois principais executivos do Grupo Parmalat no Brasil no fim dos anos 90, o italiano Gianni Grisendi e o administrador Carlos de Souza Monteiro, por crime contra o sistema financeiro. A pena privativa de liberdade foi substituída por restritivas de direito — prestação de serviços à comunidade e pagamento de 360 salários mínimos a entidades assistenciais.

Eles também foram condenados a pagar multa de 272 mínimos. Cada réu terá que desembolsar cerca de R\$ 1 milhão.

“Verifica-se que o grau de culpabilidade dos acusados merece especial reprimenda porque os fatos apurados denotam que os réus geriram as empresas do Grupo Parmalat utilizando-se de expedientes ilícitos, em afronta ao dever de probidade inscrito ao cargo que ocupavam”, assinou na sentença o juiz Marcelo Costenaró Cavali, da 6.ª Vara Criminal Federal em São Paulo.

Um terceiro acusado, o advogado Roberto Gentil Bianchini, foi condenado a três anos de reclusão, por lavagem de dinheiro.

Gianni ocupava o cargo de diretor comercial, administrativo e presidente do Grupo Parmalat no Brasil. Era coordenador das atividades do grupo na América do Sul e presidente da Wishaw Trading S/A. Monteiro era diretor financeiro da Parmalat Brasil e gerente delegado da Parmalat Participações, além de diretor administrador da Carital do Brasil (sucessora da Participações) e suas subsidiárias. Bianchini foi advogado da Parmalat

em 1994 e procurador da empresa uruguaia Melling S/A.

Ao analisar as implicações de Gianni e Monteiro, o juiz foi categórico. “As funções ocupadas pelos réus, de grande responsabilidade e alta remuneração, exigiam deles uma conduta ilibada, de modo que, valendo-se dela para o cometimento de delitos contra o sistema financeiro nacional, a reprovabilidade da conduta deve ser maior”, asseverou o juiz, ao impor pena aos acusados por violação à Lei 7492/86 (Lei do Colarinho Branco), artigo 21 — declaração de informação falsa em contrato de câmbio.

O juiz observa que “as consequências do delito foram especialmente reprováveis, dado que o esquema permitiu a movimentação financeira clandestina de quantias elevadíssimas, sem o conhecimento do Banco Central, bem como a prática de evasão fiscal, em detrimento da Receita Federal”. Para Cavali, “os motivos do crime consistiram primordialmente na prática de evasão fiscal, deixando o Grupo Parmalat de recolher elevados impostos.”

O Ministério Público Federal decidiu recorrer da sentença porque pede a condenação dos executivos e de outros três investigados também pelos delitos de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. O inquérito, amparado em dados encaminhados pelo BC, concluiu pela existência de fraudes contábeis e financeiras que “teriam levado ao estado de pré-insolvência das empresas do Grupo Parmalat”.

Laudo produzido por peritos do BC, anexado aos autos, revela que a partir das movimentações financeiras das empresas ligadas ao grupo, entre 1998 e 1999, foram celebrados inúmeros empréstimos irregulares do exterior e para o exterior, em nome da Parmalat Participações. O documento aponta, ainda, importações e exportações não concluídas formalmente, além de operações cambiais clandestinas.

A denúncia do MPF cataloga os ilícitos em quatro grupos. Entre os dias 17 e 27 de dezembro de 1999, a Parmalat Participações intermediou transferências financeiras de US\$ 300 milhões captados no exterior junto às empresas Dairy Holdings e Food Holdings, localizadas nas Ilhas Cayman e pertencentes ao Grupo Parmalat, para supostos investimentos no Brasil que, no entanto, jamais ocorreram, mas foram desviados em favor de outra empresa, a Wishaw Trading S/A, sediada no Uruguai.

Segundo a Procuradoria, o negócio foi executado sob a falsa declaração de operações de mútuo, “quando, em verdade, representaram operações fraudulentas de remessas internacionais, realizadas sem o conhecimento das autoridades cambiais e fazendárias e que, ao gerarem significativa dívida para a Parmalat Administração S/A, certamente contribuiram para aumentar o passivo do Grupo Parmalat”.

A ação indica empréstimos contraídos no exterior pela Parmalat Participações, no período

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

de 31 de março de 1998 a 31 de outubro de 1999. Teriam sido contabilizados diversos empréstimos no exterior, com autorização do grupo, sem o correspondente registro junto ao BC. Os valores obtidos por meio dessas operações foram colocados à disposição da Parmalat Participações nos Estados Unidos e utilizados para a aquisição de títulos do Tesouro americano, T-Bills.

Posteriormente, tais títulos foram vendidos no exterior para uma empresa domiciliada no Brasil, integrante do suposto esquema, a qual realizaria pagamentos, em território nacional, em favor da Parmalat. Esses valores ingressaram no Brasil sem o necessário registro no BC, evitando-se o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre operações de câmbio.

Ao realizar transações com T-Bills os representantes da Parmalat agiram de "forma a ocultar os empréstimos celebrados anteriormente e não declarados às autoridades competentes, praticando os delitos de lavagem de capitais e evasão de divisas".

Empresas do grupo não teriam realizado a exportação de mercadorias vinculadas a 23 contratos de câmbio no montante de US\$ 30,2 milhões. Efetuaram sem registro perante o BC 59 despachos de exportação no valor de US\$ 6,43 milhões, remetendo mercadorias sem a contrapartida do ingresso regular de recursos em território nacional. "Os valores foram recebidos no exterior, restando consumado o delito de evasão de divisas."

30 NOV 2011

SÔNIA RACY

Caso Kroll

A Justiça Federal anulou flagrante no escritório da Kroll em São Paulo, em 2004, durante a Operação Chacal, da PF. Na época, foi encontrada uma maleta supostamente para realizar grampos.

Com a decisão, os então cinco funcionários que chegaram a ser presos conseguiram, agora, liberdade plena. Na prática, não precisam mais pedir autorização para sair do País.

Joyce Royzen, advogada que pediu a anulação, não comenta o caso, que corre em segredo.

• Fraude
US\$ 30,2 mi
é o valor correspondente a quanto as empresas do Grupo Parmalat teriam deixado de realizar exportações de mercadorias vinculadas a 23 contratos de câmbio

CONTINUA

Para advogados, sentença foi, em parte, favorável à defesa

Crimes de lavagem de dinheiro e de evasão de divisas não foram contemplados na decisão da Justiça

A defesa de Gianni Grisendi e Carlos de Souza Monteiro já decidiu recorrer da condenação. O criminalista Luiz Fernando Pacheco, advogado dos ex-executivos da Parmalat, avalia que a sentença "foi favorável, em parte" para a defesa. "A sentença excluiu o crime de lavagem de dinheiro e desclassificou outro delito, o de evasão de divisas, para um crime menos grave, o de deixar de prestar informações à autoridade monetária quando da execução de contrato de câmbio", anotou Pacheco.

"Já estudamos a sentença, não estamos de acordo com isso, com esse posicionamento do juiz (Marcelo Costenaro Cavalli)", declarou o advogado. "Há uma série de estudos jurídicos, realizados na época, que dão total respaldo às operações. (Gianni e Monteiro) foram condenados porque internaram dinheiro no Brasil através da comercialização de compra e venda de títulos do Tesouro americano, o que não é ilícito."

O criminalista esclarece. "Esse modo de trazer divisas para o Brasil não fecha contrato de câmbio. É uma compra de títulos no exterior. A Parmalat do exterior comprava o título, passava para a Parmalat daqui, que vendia e recebia em reais. Uma forma de internar dinheiro rapidamente e que não estava sujeita à comunicação ao Banco Central."

Luiz Pacheco, criminalista que durante muitos anos atuou no escritório do ex-ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, destaca, ainda, que "na época havia vários pareceres de renomados escritórios de advocacia que

atestavam as operações como absolutamente lícitas".

"Eles (executivos) agiram na crença de que estavam praticando conduta plenamente legal", assinala Pacheco.

O advogado anotou que Gianni e Monteiro "já tinham saído da Parmalat, muito antes de a empresa ter apresentado insolvência na Itália e depois no Brasil". Sobre o advogado Roberto Bianchini, o defensor dos executivos explicou. "Ele vendeu os títulos do Tesouro americano, T-Bills, para a Parmalat aqui. Recebeu dólares no exterior e entregou para a Parmalat no Brasil porque era portador do título. Vendeu os títulos."

Pacheco é categórico. "A Parmalat não mandava nada para fora. Apenas um modo mais rápido de fechar câmbio sem ter que passar pelos trâmites burocráticos do Banco Central. Isso não implicava em ilícito. Uma prática corriqueira no mercado. Os bancos de primeira linha ofereciam isso. Gianni e Monteiro são administradores, não são tributaristas. Estavam cobertos por vários estudos. As empresas que estavam na outra ponta estavam também amparadas em pareceres dos maiores tributaristas do País afirmando que esse procedimento era legal."

• Explicação

LUIZ FERNANDO PACHECO

ADVOGADO CRIMINALISTA

"A Parmalat usava apenas um modo mais rápido de fechar câmbio sem ter que passar pelos trâmites burocráticos do BC."

JORNAL DO ESTADO

BOMBA

Capital tem três ameaças em menos de 24 horas

O esquadrão antibombas do Comando de Operações Especiais (COE) da Polícia Militar atendeu a três chamadas de suspeitas de bomba em Curitiba em menos de 24 horas. Entre a tarde de segunda-feira e a manhã de ontem, os policiais precisaram inutilizar três artefatos suspeitos encontrados, coincidentemente, em regiões muito próximos um do outro.

O primeiro foi no meio da tarde de segunda, quando um artefato suspeito foi deixado em uma agência bancária do Juvevê.

Na noite do mesmo dia, um policial que trabalha no Tribunal de Justiça do Paraná encontrou outro artefato, que também foi detonado pelo antibombas.

No meio da manhã de ontem, novamente o COE foi chamado para novo chamado, de nov no Juvevê, e a 100 metros da ocorrência do dia anterior.

A coincidência dos casos e a proximidade chamou a atenção da polícia. Imagens de vídeo estão sendo requisitadas pela Delegacia de Explosivos, Armas e Munições (Deam), responsável pelas investigações, para verificar os casos mantêm relação. Os materiais recolhidos pelo COE também foram encaminhados para perícia, até para verificar se realmente tinham poder explosivo.

Segundo informações do COE, ultimamente os casos de artefatos suspeitos não vinham ocorrendo com muita frequência, por isso as três ocorrências seguidas chamam a atenção. No momento, os principais casos atendidos pelo antibombas são para desarmar ou detonar explosivos deixados em caixas eletrônicos por quadrilhas que arrombam bancos. Este sim, é um tipo de ocorrência que vem se tornando comum na Grande Curitiba. Não tem semana que passe sem pelo menos um atendimento do tipo.

FICHA LIMPA

Barrado assume mandato no Senado

30 NOV 2011

Adversários de longa data, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), deu posse ontem ao senador João Capiberibe (PSB-AP), barrado pela Lei da Ficha Limpa, que reassumiu o mandato por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele foi condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela compra de votos nas eleições de 2002 e se elegeu novamente na eleição passada.

Sarney e Capiberibe se cumprimentaram formalmente. Em discurso na tribuna, o senador do PSB, ex-governador do Amapá, lembrou a sua trajetória na época da ditadura militar e o seu retorno à vida política. Ele acusou o TSE de ter "jogado para a plateia" ao decidir pela sua condenação. Com relação a Sarney, Capiberibe lhe propôs um pacto: o de deixarem de lado as "diferenças políticas" em troca de uma articulação em favor do Amapá.

Amigos e familiares acompanharam o ato da posse no plenário e nas galerias da Casa. Capiberibe é o segundo senador enquadrado pela Lei da Ficha Limpa a tomar posse por causa da decisão do STF. O tribunal vetou a vigência retroativa da lei. Ele será o quarto senador do PSB na atual legislatura e substituirá um dos mais fiéis aliados de Sarney, o senador Gilvan Borges (PMDB-AP). Na mesma situação, o senador Cássio Cunha Lima (PSDB), ex-governador da Paraíba, tomou posse há cerca de 10 dias no lugar de Wilson Santiago (PMDB-PB). Falta o STF julgar o processo do ex-governador do Pará e ex-senador Jader Barbalho (PMDB).

JORNAL DO ESTADO

Paralisação 30 NOV 2011

Juízes do Trabalho de todo o País paralisam suas atividades hoje, por um dia, para defender seus direitos básicos, o cumprimento da Constituição Federal e o fortalecimento e independência do Judiciário. A manifestação contará com atos especiais em diversas cidades, debates e reuniões, como forma de chamar a atenção da sociedade para a falta de segurança no trabalho dos magistrados e para a desvalorização da carreira. "Se queremos um Judiciário independente e fortalecido, temos que lutar por isso. E isso passa pela garantia do poder de compra dos subsídios de um juiz, hoje defasado em quase 25%", disse o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Renato Sant'Anna.

Juízes paulistas confraternizam e arrecadam brinquedos

CONJUR 29 NOV 2011

Por Rogério Barbosa

Há dez anos um grupo de juízes de São Paulo se reúne no final do ano para uma confraternização. Na 10ª edição da Festa dos Brinquedos, nesta segunda-feira (28/10), eles se encontraram no luxuoso e tradicional Clube Paúlistano, depois de passarem pelo pequeno Bar Merceria São Pedro, pelo extinto Bar Avenida e pelo Leopoldo Itaim no ano passado.

“Este ano a festa foi um sucesso, mais de 1.100 pessoas e 4 mil brinquedos arrecadados. As crianças das 25 instituições que receberão os brinquedos certamente terão um natal mais feliz”, disse Carlos Teixeira Leite Filho, desembargador do Tribunal de Justiça paulista que idealizou a tradicional comemoração de final de ano.

A ideia da festa nasceu de uma conversa entre o desembargador e um colega de tribunal, Jaime Queiroz Lopes Filho, durante a comemoração de um aniversário. Hoje, além dos juízes, participam do encontro advogados, promotores e familiares.

O desembargador **Fábio Gouvêa**, integrante da 10ª Câmara Criminal, diz que a festa já é um evento importante para os juízes. “É um momento de congregação e confraternização. Uma festa de fim de ano para encontrarmos colegas depois de um ano inteiro de intenso trabalho.”

O desembargador **Marco Antonio de Lorenzi**, da 14ª Câmara Criminal, considera a causa — a arrecadação de brinquedos — nobre. “A iniciativa é ótima. Condiz com o papel do magistrado que é colaborar para uma sociedade melhor. Ao invés de pagar um valor, entregamos um brinquedo que fará uma criança mais feliz. A ideia é ótima.”

CONJUR

SUS deverá fornecer remédio para transtorno bipolar

29 NOV 2011

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinou, na última semana, que seja fornecido pelo SUS o medicamento Olanzapina a paciente do estado do Paraná que tem transtorno bipolar.

A Olanzapina é fornecida pelo SUS, mas apenas para casos de esquizofrenia. Após analisar o recurso, a relatora do processo, desembargadora federal Maria Lúcia Luz Leiria, entendeu que a gravidade da doença justifica o fornecimento emergencial, fixando prazo de 30 dias para a entrega.

A juíza, entretanto, pediu que a paciente faça perícia para confirmar as informações fornecidas por seu médico, podendo o fornecimento ser interrompido caso não se comprove a enfermidade psíquica. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-4.*

“Redução de férias não altera cotidiano do juiz”

CONJUR

29 NOV 2011

Por Rogério Barbosa

“Quase nenhum juiz tira 60 dias de férias. O volume de processos não permite.” A afirmação é do desembargador **Guilherme Gonçalves Strenger**, da 11ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, quando questionado sobre as declarações recentes da corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon. Ela defendeu férias de 30 dias para juízes assim como acontece com os demais trabalhadores no Brasil. A maioria dos desembargadores ouvidos pela revista **Consultor Jurídico** afirma que tal mudança não faria grande diferença para o cotidiano dos juízes.

“A maioria só tira 30 dias de férias e não tem um mês de efetivo descanso. Não é incomum ter que levar processos para casa”, afirmou Strenger. Outro desembargador que concorda com esse entendimento é **Marco Antonio De Lorenzi**, da 14ª Câmara Criminal do TJ paulista. “Há muitos anos não tiro férias. Tenho mais de 14 acumuladas”, diz ele. “Que diferença faz se reduzirem para apenas 30 dias?”, questiona.

O desembargador **Fábio Gouvêa** é contra a redução das férias. Ele considera que um juiz tem trabalho intensivo e extremamente estressante. “Nossa atividade possui particularidades. Muitos profissionais vão ao trabalho, executam suas tarefas e voltam para casa para descansar. O juiz não. Após ler um processo, você precisa voltar para casa e refletir até maturar a sua decisão. Nosso trabalho vai além do horário de expediente do tribunal”, disse o desembargador. “Reconheço que o debate está indo no sentido de se reduzir as férias. Aguardarei a legislação e, se assim for decidido, é o que teremos que adotar”, completa. Em seguida, questiona: “Mas, afinal, qual juiz hoje em dia goza de 60 dias de férias?”

O repúdio

A corregedora retomou a discussão das férias de 60 dias em uma entrevista. A proposta nesse sentido já havia sido feita, no ano passado, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Cezar Peluso. Na época, ele foi duramente criticado.

Desta vez, não foi diferente. O assunto voltou a causar críticas e polêmicas.

A Associação dos Magistrado Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) divulgaram notas na qual repudiam as declarações da corregedora. A AMB afirma que “ao longo de sua trajetória, Eliana Calmon jamais deixou de usufruir os dois períodos, e, somente agora, prega a redução desse benefício para aqueles que vão ficar na carreira”. Para a Ajufe, a posição da corregedora a respeito da redução das férias é “inacreditável”.

CONJUR

Semana da Conciliação obteve 574 mil acordos em edições

29 NOV 2011

O Judiciário brasileiro fez 1,2 milhão de audiências de conciliação durante as cinco edições anuais da Semana Nacional de Conciliação, de 2006 a 2010. Nesse período de esforço concentrado da Justiça em todo o país para resolver conflitos por meio das conciliações, o total de audiências permitiu a formalização de 574 mil acordos em valores homologados que somaram R\$ 3,5 bilhões. Os dados foram consolidados pelo coordenador do Movimento pela Conciliação do Conselho Nacional de Justiça, conselheiro José Roberto Neves Amorim, com base nos resultados observados ao final do período das semanas nacionais.

“A conciliação é uma prática que veio para ficar. É uma condição de pacificação social necessária e definitiva para o Judiciário brasileiro”, afirmou o coordenador. De acordo com o conselheiro, dentre as várias vantagens da prática de mediação de conflitos destacam-se deixar a Justiça mais aberta para a população, melhorar o atendimento aos jurisdicionados e desafogar o estoque de processos existente nos tribunais.

Sobre o fato de ser este o primeiro ano da campanha após a implantação dos núcleos e centros de conciliação nos estados, nos moldes do que determina a Resolução 125 do CNJ (que instituiu a Política Nacional de Conciliação), o conselheiro deixou claro que o CNJ não tem encontrado dificuldades por parte dos tribunais.

“Tanto a administração dos tribunais como magistrados e servidores já perceberam que a conciliação contribui para a redução dos processos e dos conflitos como um todo. Por isso, a facilidade com que a determinação foi implantada logo no início do ano e a existência de tantas centrais voltadas para a mediação de conflitos no país”, destacou.

O conselheiro ressaltou que para a edição da Semana Nacional de Conciliação deste ano, o CNJ fez contatos com os maiores litigantes do país e com agências reguladoras, sobretudo de telecomunicações (Anatel) e de energia elétrica (Aneel), já que se trata de dois setores que concentram processos de muitos consumidores – as chamadas demandas judiciais de massa.

Como consequência, boa parte das empresas destes segmentos deve atuar como parceiras nas audiências de conciliação que acontecem até o final desta semana em processos nos quais estão envolvidas.

José Roberto Neves Amorim chamou a atenção para a importância de serem estimuladas as pessoas que possuem litígios para conciliar ainda na fase pré-processual.

“Os números revelam que a Conciliação precisa ser disseminada muito mais, porque ajuda a desafogar a Justiça não apenas nos processos que estão dentro dos tribunais. Precisamos estimular a mediação dos litígios também durante a fase pré-processual”, destacou.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CONJUR 29 NOV 2011

Justiça do Trabalho

Até meio-dia desta terça-feira (29/11), a Justiça do Trabalho homologou R\$ 45.871.359 em acordos efetuados em fase de execução, momento em que são cobradas as dívidas trabalhistas. De acordo com relatório analítico do Conselho Nacional de Justiça, das 3.197 audiências de conciliação em fase de execução designadas, 2.659 foram feitas. O total de acordos homologados (em número de processos) chega a 1.148.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região foi o que mais fechou acordos em execução até agora (485 no total), uma vez que a Semana Nacional da Execução começou mais cedo em São Paulo. Os outros dois TRT's com maiores índices foram os da 9ª Região (PR), com 224 acordos homologados, e os da 21ª Região (RN), com 139 conciliações em execução. Vale destacar que alguns tribunais ainda não enviaram os dados ao CNJ.

A soma total dos acordos efetuados em segundo grau, pela Justiça do Trabalho, em fase de execução chega a R\$ 311.400. Na fase de conhecimento, foram homologados R\$ 10.670.180, tendo sido designadas 2.517 audiências, sendo que 1.925 foram efetivamente feitas. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*